

## como citar

BIERRENBACH, Ana Carolina de Souza. A Caraíba de Joaquim Guedes. A trajetória de uma cidade no sertão. *Arquitextos*, São Paulo, ano 08, n. 087.02, Vitruvius, ago. 2007 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.087/217>>.

O projeto para Caraíba (1) insere-se na conjuntura política, econômica e social do Brasil de meados dos anos 60 e 70. Nesta época a política do país tem um caráter centralizador e ditatorial, a economia tem uma postura desenvolvimentista e a sociedade está marcada por intensas desigualdades. Nessas circunstâncias o governo brasileiro promove obras de grande porte visando o aproveitamento das potencialidades naturais e econômicas do país. Para que os recursos hídricos e minerais sejam devidamente explorados, executam-se muitas obras por todo o território nacional. Com relação à mineração, são realizadas cidades para apoiar a exploração dos recursos disponíveis. Já nos anos 50 o arquiteto Oswaldo Bratke concebe Vila Amazonas e Vila Serra do Navio, no Amapá, para possibilitar a extração do manganês. Nos anos 70, o arquiteto Joaquim Guedes também faz várias cidades mineiras. No Pará são concebidas Carajás, Nova Marabá, e Nova Barcarena. Na Bahia o mesmo arquiteto projeta Caraíba, para viabilizar a exploração do cobre.

O cobre existente no sertão baiano é conhecido há muito tempo, mas as primeiras iniciativas para sua exploração ocorrem durante a década de 50. Entretanto, a efetivação da extração acontece somente durante a década de 70. Nesta época o governo brasileiro constitui a empresa Caraíba Metais S.A., que se instala na área da antiga fazenda de mesmo nome, em uma região praticamente isolada. Considera-se pertinente a concepção de uma cidade que dê suporte à comunidade dedicada às atividades de mineração. Para tanto, a Caraíba Metais contrata o arquiteto Joaquim Guedes e sua equipe (2).

Este artigo pretende examinar a trajetória de Caraíba entre o momento da sua concepção (formulações preliminares, plano, projeto e construção), realização (obra concluída) e utilização (obra na atualidade). Trata-se de estudar o processo criativo de Joaquim Guedes e observar suas implicações, examinando principalmente dois pontos e as suas relações: as casas e a cidade.

O projeto de Caraíba é realizado entre 1976 e 1982. Em 1978 a mina de cobre inicia as suas atividades e a cidade começa a ser ocupada. A trajetória do núcleo urbano está marcada pela possibilidade da sua extinção: a primeira previsão é que a extração do minério seja possível até 1998. Nesse ano efetivamente se esgotam as reservas da mina a céu aberto, mas expande-se a exploração da mina subterrânea, cuja saturação então se prevê para 2007. Entretanto, atualmente a mina não está extinta, e a próxima previsão de esgotamento é para 2011.

Outro fator importante para a compreensão da trajetória de Caraíba é a privatização da mina, que ocorre em 1994.

## Concepção e realização

Joaquim Guedes elabora muitas considerações sobre o processo projetual arquitetônico. Essas ponderações são importantes para entender as atitudes do arquiteto relacionadas ao projeto de Caraíba (3). Entretanto, suas palavras não são suficientes para a compreensão da obra, que deve ser entendida a partir de si própria.

Não existe um procedimento seguro que conduza o trabalho do arquiteto. O que existe é um processo

exaustivo, pontuado por reflexões e ações. Mas isso não quer dizer que não exista um método. Esse consiste exatamente na racionalização e sistematização das reflexões e ações existentes no processo projetual (4).

Pode-se dizer que a etapa de reflexão procura estabelecer planos para o projeto, constituir as suas condições gerais. Entretanto, não existem condições definidas preliminarmente, mas um plano que se realiza através de um processo dinâmico de contato com as especificidades de cada projeto. O plano pressupõe uma atitude de reconhecimento das circunstâncias reais.

Assim sendo, para que exista um plano, é necessário que se estabeleçam os seus parâmetros fundamentais. Deve-se formular uma série de perguntas, cujas respostas dependem das conjunturas particulares de cada projeto. No caso de Caraíba, pergunta-se: para qual homem se destina o projeto? Qual é o seu contexto? Como o habita? Que outras circunstâncias interferem?

Todas essas informações são organizadas para que possam ser utilizadas na ação projetual. Mas essas operações não são lineares, mas sim circulares, sendo que ação e reflexão devem ocorrer simultaneamente, tendo em vista a concretização da arquitetura.

Guedes manifesta a necessidade de se projetar para o homem concreto, com necessidades e vontades específicas. Neste sentido, expressa princípios parecidos com aqueles difundidos pelo Movimento Moderno com relação à responsabilidade social da arquitetura. Entretanto, se os princípios são parecidos, os meios são diferenciados, já que ao homem genérico moderno, Guedes opõe o homem específico, que a arquitetura deve atender.

Uma das condenações mais contundentes formuladas por Guedes diz respeito ao desinteresse de grande parte dos arquitetos modernos pelo homem e seu contexto concreto. Faz uma crítica incisiva à Arquitetura Moderna Brasileira, que nasce e prospera amparada por uma ditadura. Também recrimina Brasília e sua arquitetura impositiva, que ampara os burocratas e abandona os cidadãos anônimos. Entretanto, cabe lembrar que vários projetos realizados por Guedes (inclusive o de Caraíba) também são executados sob o patrocínio de uma ditadura, a iniciada pelo golpe de 1964 (5).

Mas como todos esses procedimentos e circunstâncias interferem na concepção de Caraíba ?

Os levantamentos preliminares ao projeto são extensos. As únicas informações fornecidas pela Caraíba Metais para a implementação do núcleo urbano são: a planta do local, indicações sobre os pontos de extração do minério, as características do projeto industrial e o número total de empregos, com as suas categorias funcionais e salariais. Informações insuficientes para que o arquiteto e a sua equipe possam implantar a cidade, conceber todos os seus edifícios (que incluem escolas, hospitais, clubes, etc.) e também as casas.

Para a formulação de um plano de atuação, Guedes considera necessário reconhecer as especificidades do local. Para isso uma equipe multidisciplinar realiza vários levantamentos examinando as suas características físicas, humanas e culturais.

Após estudar todos esses aspectos e as demais circunstâncias referentes à proposta, são indicadas as suas condições gerais. Tais condições influem não só na determinação da cidade, mas também dos seus projetos em geral, e particularmente das moradias. Mas a cidade e as casas também interferem nas dinâmicas existenciais dos usuários e do contexto: “O sertanejo ama a caatinga, que é sonora, luminosa, majestosa, bela. Mas a cidade, talvez, a cidade da caatinga imponha suas regras...” (6).

Tratando-se de uma cidade dominada por uma empresa, situada numa região isolada, seria possível

adotar o conceito de cidade fechada, completamente controlada pelos empresários. Embora se considere que devido às condições locais é impossível conceber uma cidade completamente aberta, acredita-se que é pertinente criar uma cidade mista, controlada pela empresa, mas que pode ser apropriada pelos moradores. Avalia-se que essa é a solução mais adequada, uma vez que a perspectiva é que a mina se esgote, e a empresa abandone a cidade. Assim sendo, a cidade deve possuir algumas estruturas físicas fixas e outras flexíveis, para que possa se adaptar com mais facilidade às transformações pelas quais inevitavelmente passará. Guedes afirma que deve haver um sistema invariável (ruas e infra-estruturas) e um sistema variável (arquiteturas), que são apropriáveis e transformáveis pelos moradores.

Essa questão da apropriação por parte dos usuários é destacada por Guedes: “As imposições inevitáveis de organização e estrutura da cidade se confrontam com a liberdade dos usuários. Por essa razão, procurou-se resguardar a participação e liberdade de cada um na definição dos seus espaços internos e externos. Assim, as casas iguais, produzidas em série, admitem e sugerem prolongamentos e superposições artesanais. Supõe-se que o usuário amplie, pinte e complete a sua casa, feche-a com portões, decore-a com toda liberdade – como habitualmente se faz na região” (7).

Guedes considera que em uma cidade mineira existe uma estratificação social inevitável. Afirma que não é viável projetar uma cidade ignorando essa circunstância. Mas que é possível conceber uma cidade que evite uma segregação social tão contundente. Tomemos as propostas das casas dos trabalhadores da mina. A intenção do arquiteto não é separar as casas dos operários, técnicos de nível médio e de nível superior em diferentes setores da cidade, mas misturá-las por todos os setores do núcleo urbano.

Assim, são propostos vários tipos de residências (além de alojamentos e apartamentos) que estão espalhados por toda a cidade. Entretanto, dá-se prioridade ao posicionamento de casas e lotes menores (padrão inferior, para famílias de baixa renda) no centro da cidade, próximos aos equipamentos públicos, situando as casas e lotes maiores (padrão mais elevado, para famílias de alta renda) nos setores mais periféricos.

O estabelecimento da trama urbana leva em consideração as condições topográficas e climáticas da região. São definidas ruas retas e ortogonais, cujas orientações se dão no sentido L-O e N-S. São concebidas 36 quadras retangulares (276 X 60m), com o maior lado posicionado no sentido L-O. Dentro dessas quadras definem-se lotes-tipo, com dimensões variáveis. As frentes e os fundos dos lotes posicionam-se no sentido N-S, enquanto as suas laterais encontram-se situadas no sentido L-O. Suas frentes possuem medidas padrão que variam entre 6m e 24m. A profundidade dos lotes também é variável.

Os limites frontais dos lotes não são alinhados seguindo o meio-fio das ruas, mas avançam e retrocedem em relação à sua posição. Assim, as calçadas formadas têm tamanhos variados, e estabelecem movimentos de alargamento e estreitamento. Esse tipo de ocupação dos lotes não corresponde com as características convencionais. Parece que sua definição não advém de uma observação da realidade contextual, mas sim de uma busca de composição da trama urbana.

São previstos automóveis em grande número na cidade, mas o arquiteto decide criar vagas de estacionamento nas ruas, excluindo a existência de vagas particulares para cada residência. Esse critério, entretanto, aplica-se somente às casas de nível inferior e médio (com exceção de uma das tipologias medianas), já que as casas de nível superior possuem garagem.

Ao verificar como são as construções existentes nas cidades próximas, constata-se que muitas são geminadas, mas há também edificações posicionadas nos centros dos lotes. O arquiteto considera preferível optar pelas casas geminadas, para que se diminuam as faces das construções diretamente expostas à insolação. Assim, as avaliações indicam que sejam construídos edifícios geminados, sem

descontinuidades ou alternâncias de volumes, para evitar o sol e o vento quente e seco, solução que é efetivamente adotada no projeto de todas as residências.

No que diz respeito às aberturas, as condições climáticas novamente interferem nas definições arquitetônicas. As casas da região possuem pouca presença de portas e janelas, fato que decorre da necessidade de preservá-las da entrada do sol e do vento existente. Para o projeto, o arquiteto propõe portas e janelas escassas e pequenas, posicionadas nas faces mais favoráveis. Aconselha-se também que as ruas sejam convenientemente sombreadas para amenizar ainda mais o calor que irradia sobre as casas. Esses conselhos são efetivamente seguidos, e todas as casas projetadas possuem essas características de aberturas, embora as ruas não sejam adequadamente sombreadas.

A quantidade de aberturas existentes depende do tamanho e do padrão das moradias. As casas de nível popular e médio possuem uma quantidade variável entre 1, 2 e 4 janelas dispostas nas fachadas principais. As casas de nível superior não possuem janelas voltadas para as suas fachadas frontais, somente duas portas que correspondem ao acesso dos moradores e dos empregados. As demais janelas dessas casas se abrem para pátios internos. Guedes indica uma justificativa para esse isolamento das casas de nível superior: “A minoria melhor remunerada pede uma situação diferenciada muito acima, inclusive, dos padrões que desfrutam nas cidades de origem. Desejam residências isoladas com amplos jardins, distantes dos demais funcionários, sem contato com o bairro operário” (8).

Também é curioso notar que as portas das casas de nível inferior e médio incorporam uma solução típica da arquitetura popular brasileira, dividindo-se ao meio e assim possibilitando que as duas partes se abram e se fechem independentemente, conforme as necessidades dos moradores. As casas de nível superior, entretanto, não adotam esse recurso.

Sugere-se que a definição das fachadas também se relacione com as condições arquitetônicas locais. Efetivamente as soluções propostas para as residências de nível inferior e médio correspondem com algumas características encontradas na região, como a presença de aberturas pequenas e platibandas que substituem beirais (9). Entretanto, é necessário notar o caráter abstrato que possuem essas fachadas: as suas superfícies parecem soltas do volume das residências devido ao posicionamento das calhas pintadas de preto que as emolduram. Outro elemento que evidencia essa característica abstrata são as diminutas molduras que enquadram as portas e janelas das casas. Com relação às residências de nível superior, as fachadas se diferenciam dos parâmetros locais, possuindo superfícies lisas e volumes prismáticos encerrados, cuja brancura acentua sua dimensão abstrata. Essa só não é mais evidente devido à esbelta estrutura da garagem realizada com madeira e coberta com telhas de barro. Assim, na definição das fachadas se estabelece uma relação complexa entre uma linguagem arquitetônica com características locais, e outra com características mais “universais”, que recuperam a vertente abstrata da arquitetura moderna.

Outro elemento característico das fachadas é a utilização das cores. Estabelece-se uma quantidade limitada de combinações de cores entre as paredes e as janelas, que se aplicam em todas as casas.

Com relação à tipologia das residências, os textos de Guedes sugerem que existe a pretensão de utilizar aquelas existentes na região. Nas cidades da caatinga a tipologia predominante utiliza plantas quadradas e retangulares, posicionando a sala na frente, a cozinha nos fundos, e os quartos nas partes laterais, sendo que os dormitórios são muitas vezes desprovidos de janelas. Essa tipologia é adotada para a definição das casas de nível inferior de Caraíba, e não para as casas de nível médio e superior. Outro elemento incorporado às residências é o pátio. Embora não seja presença constante na tipologia arquitetônica sertaneja, entende-se que sua existência possa contribuir para diminuir a temperatura dentro das casas. Assim, os pátios são efetivamente integrados às casas, independente do seu padrão (10).

A seleção dos materiais e técnicas construtivas também advém do estudo não só das construções existentes na região, mas também da possibilidade de obtenção das matérias-primas, da disponibilidade da mão de obra e da viabilidade financeira das operações. A partir de todos esses critérios, o arquiteto opta pela realização de casas com pés-direitos altos, paredes de tijolos prensados, revestidos com argamassa e pintados com cal, com lajes e coberturas de telhas de barro da região.

O projeto das residências corresponde às reflexões e ações executadas ao longo do processo criativo. Assim, após o exame exaustivo dos dados relativos às necessidades da empresa e às características físicas, humanas e culturais do contexto, chega-se a um número de nove tipos de soluções arquitetônicas para as residências, totalizando 1294 exemplares. Essas tipologias atendem a uma população cuja função dentro da empresa é variável, e cujas diferenças salariais são grandes (11):

#### Padrão Superior

N1 – 501,03 m<sup>2</sup>

1 unidade – diretoria

N2A – 448 m<sup>2</sup>

23 unidades – gerência

N2B – 434 m<sup>2</sup>

61 unidades – chefia de setor e funcionários de nível superior

#### Padrão Médio

N3I – 142 m<sup>2</sup>

48 unidades – supervisores

N3G – 116,40 m<sup>2</sup>

89 unidades – níveis técnicos

#### Padrão inferior

N43D – 100,8 m<sup>2</sup>

276 unidades – operadores

N42D – 100,8 m<sup>2</sup>

280 unidades – operadores

N53D – 81 m<sup>2</sup>

256 unidades – ajudantes de operação

Tipo N52D – 81 m<sup>2</sup>

260 unidades – ajudantes de operação

#### Utilização

Caraíba existe há 30 anos. Desde a sua fundação a cidade tem preservado muitas de suas características, e modificado outras tantas. Afinal quais são os caminhos do projeto, quais são as suas

características que se mantém e quais se transformam ? As observações a seguir partem de um exame da situação atual da cidade e das suas casas, e também de conversas com alguns dos seus moradores (12).

É importante observar que efetivamente as estruturas fixas da cidade estão sendo preservadas e que as estruturas flexíveis estão sendo alteradas.

Com relação aos lotes há algumas constatações importantes. Embora a solução original estabeleça que os limites dos lotes não se alinhem com os meios-fios das ruas, a tendência observada na cidade é que as extremidades dianteiras dos lotes efetivamente se correspondam, igualando assim o tamanho das calçadas. Assim, sempre que existe a possibilidade física e econômica, os usuários ocupam as calçadas remanescentes, e ampliam a área das suas residências construindo varandas ou principalmente garagens. Percebe-se que embora existam moradores que aproveitam as amplas calçadas para uso público, muitos preferem excluí-las para integrá-las ao uso privado. Há que se considerar que tal ocupação dos lotes não é comum nem na caatinga, nem do Brasil. Deste modo, os habitantes de Caraíba não assimilam devidamente essa proposta, que é alheia ao seu repertório.

As casas geminadas também são contestadas por alguns moradores. Consideram que essa solução limita as possibilidades de utilização da residência, separando a sua parte frontal da posterior, limitando os meios de acesso e as possibilidades de interação com a vizinhança. Observam também que caso houvesse ao menos um recuo lateral, poderiam utilizá-lo para posicionar uma garagem. Essas observações são feitas pelos usuários das casas de nível inferior e médio, que não possuem garagens. A questão das casas geminadas também é contestada por alguns usuários que reclamam a existência de uma varanda, tal como havia nas suas casas de origem.

Entretanto, a solução das casas geminadas com poucas aberturas parece satisfazer os habitantes no que diz respeito ao conforto térmico. Efetivamente, as alternativas adotadas pelo arquiteto com relação a esse assunto, são eficientes no entender dos moradores da cidade.

Mas se a quantidade de aberturas não é questionada nesse sentido, é em outro. Muitos moradores de Caraíba fazem uma conexão imediata entre o número de janelas existentes em cada casa e a posição social dos seus ocupantes. Assim, fica evidente que aqueles que têm 1-2 janelas possuem um padrão de renda inferior, os que têm 3 possuem um padrão intermediário, e os que não as têm possuem um padrão superior. Assim, apesar de casas de diferentes níveis estarem espalhadas por toda a cidade, misturando as classes sociais, há uma segregação social que se manifesta pelo nível das casas, expresso claramente na quantidade das suas janelas.

Atualmente, os moradores de Caraíba estão rompendo com esse tipo de padronização. As casas reformadas abrem mais portas e janelas para as ruas e incorporam varandas ou garagens nas partes frontais dos lotes. Hoje em dia, a definição do nível de uma casa está se diferenciando, e advém das reformas pelas quais passa, ou, principalmente, pela existência ou não desse “puxadinho” dianteiro.

Observam-se outros pontos com relação a essa questão da interação ou segregação social dos habitantes de Caraíba. Por um lado, as casas de padrão inferior e médio possuem as portas voltadas diretamente para as ruas, estabelecendo um contato intenso entre o âmbito público e o privado. Essa situação é acentuada pela existência das portas divididas ao meio. Mas essa circunstância se inverte completamente nas casas de padrão superior, que se voltam totalmente para o interior, sem estabelecer nenhum contato com o exterior. Curiosamente um habitante de uma casa de nível superior queixou-se dessa separação contundente existente, afirmando que dificulta o contato não só com seus vizinhos mais próximos, mas também com os demais moradores da cidade. Essa afirmação, embora seja isolada, contrasta com a justificativa dada pelo arquiteto para o isolamento das casas de nível superior.

Com relação às fachadas das casas, também há mudanças significativas. As casas originais seguem a inspiração da arquitetura local, à qual acrescentam uma definição abstrata. A utilização das cores é variada, mas adota-se um padrão que forma um conjunto coerente. Essa caracterização homogênea perdura durante algum tempo, enquanto a cidade ainda está sendo controlada pela mineradora estatal. A partir de 1994, entretanto, a mineradora é privatizada, o que acarreta na venda de muitas casas a particulares e na flexibilização das possibilidades de intervenções nas residências. O próprio arquiteto sugere que os usuários devam modificar as suas casas. E atualmente é exatamente isso o que acontece. Cada usuário modifica sua residência como lhe convém, ampliando-a para frente ou para o fundo. Até o momento, entretanto, os usuários praticamente não alteraram o gabarito das edificações. Há que se notar que tais intervenções são feitas sem nenhum critério comum, sem nenhum controle. Isso significa que a cidade vai progressivamente perdendo o seu caráter original, e adquirindo outras características, muitas vezes com escassa qualidade arquitetônica. Resta saber se a manifestação de Guedes favorável às modificações pelos usuários possuía esse caráter tão amplo, que pode levar à descaracterização completa da sua obra.

Quanto à definição tipológica das residências, parece não haver desacordo. Mas a existência dos pátios é um ponto polêmico. Muitos usuários de baixa renda não os assimilam, e os eliminam de suas residências. Em vários casos, o pátio é incorporado como um cômodo a mais na casa, muitas vezes sem iluminação ou ventilação. A ausência do pátio também acarreta na eliminação de um importante ponto de luz e ar dentro da casa. Mas essa deficiência não parece incomodar os moradores. Também justificam a sua eliminação pelo fato de causarem a entrada de água da chuva dentro das residências. Já os usuários de alta renda não tiram os pátios internos de suas casas e os preservam. Mas não acontece o mesmo com os pátios externos. Em várias residências de padrão alto os pátios localizados na sua parte frontal são extraídos. Isso confirma a crítica ao isolamento dessas casas em relação à vizinhança e à cidade, uma vez que ao abrir o pátio, estabelece-se maior contato entre o público e o privado.

As características relativas aos materiais também estão se transformando. Os materiais propostos originalmente para todas as residências têm um caráter bastante austero. Atualmente, embora muitas casas preservem os materiais originários, outras já os modificaram, adotando materiais considerados mais “nobres”, tanto interna quanto externamente.

## **Considerações**

A trajetória de Caraíba entre a sua concepção, realização e utilização é complexa. Muitas das características da cidade se transformam e outras se conservam. Por quê ?

O método adotado por Guedes para a concepção de Caraíba procura estabelecer uma racionalização e sistematização das características da região. A partir das informações contextuais tenta-se reconhecer o “outro” a partir das suas diferenças. Assim, constitui-se uma relação ativa entre plano e projeto que busca captar a alteridade e manifestá-la. Mas, por mais que se siga um método racional e sistemático, é impossível a apreensão do “outro” na sua totalidade, e, principalmente, é inviável a sua completa contemplação. O “outro” é certamente muito complexo e dinâmico, e os métodos para a sua apreensão não conseguem detectá-lo completamente.

Essa busca de comunicação com o “outro”, entretanto, supõe que ambas as partes se manifestem. Assim sendo, se é possível observar na concepção e na realização de Caraíba características pertencentes ao contexto local, também é possível notar a presença de outros elementos alheios a esse âmbito, mais vinculadas à moderna linguagem arquitetônica, presente na formação do arquiteto. Em muitas circunstâncias, entretanto, percebe-se que os usuários de Caraíba não conseguem compreender essa linguagem utilizada por Guedes.

Mas se as conjunturas da caatinga interferem no projeto, as do cerrado também o fazem. É necessário perceber que Caraíba é projetada sob a influência de um “outro” que está ao mesmo tempo ausente e presente, esse “outro” que está comodamente instalado no Planalto Central, comandando uma ditadura e aplicando o capitalismo. Guedes manifesta o propósito de diminuir a interferência dessas circunstâncias no seu projeto, mas consegue reduzi-la apenas parcialmente. O arquiteto afirma que pretende minimizar as diferenciações das categorias sociais e econômicas existentes na mineradora estatal. Mas sua atuação se reduz em romper parcialmente com a segregação através da distribuição de casas de diferentes níveis em toda a cidade. Entretanto, decisões de projeto acabam manifestando que efetivamente existe uma hierarquização e segregação em Caraíba. Assim, ao definir as propostas das casas, o arquiteto deixa claro que nesta cidade existe sim um poder atuante, que define e controla a situação social e econômica dos seus habitantes. Esse poder se manifesta quer no tamanho das casas, nas diferenciações das suas fachadas e também na sua integração ou separação com as suas vizinhanças.

É provável que no momento da sua realização a cidade e as casas tenham uma maior assimilação por parte dos usuários. Nos anos 70 o sertão ainda está isolado, e as referências de grande parte dos moradores de Caraíba estão presentes no contexto próximo. Inclusive, pode ser que nesta época os habitantes não percebam (ou não se atrevam a perceber...) com exatidão a dimensão da hierarquização e segregação existentes na cidade. Mas na atualidade, essas questões têm outras implicações.

Existem vários fatores que influenciam na apreensão atual da cidade por parte dos usuários. O primeiro deles refere-se à ameaça de extinção de Caraíba. Há 30 anos os habitantes da cidade convivem com essa situação. Sua reação parece ser a de não querer manter e nem estabelecer vínculos com essa realidade, que lhes pode ser extraída a qualquer momento. Assim, por mais que a arquitetura procure estabelecer uma conexão com a realidade contextual, os usuários não parecem captá-la de todo, e preferem modificá-la, alterando o seu caráter.

O segundo fator que pode explicar a dificuldade de assimilação e manutenção da cidade e das casas por parte dos usuários refere-se a outras circunstâncias. Se no momento de concepção de Caraíba há um poder centralizador (representado pelo Estado ou pela mineradora) que determina as características da obra e estabelece os modos de utilizá-la, na atualidade o que existe é um poder esfacelado que praticamente não exerce mais controle sobre a cidade, sobre as casas ou sobre os seus habitantes. Assim, o que se pode observar é que a globalização está presente no sertão. As referências do sertão isolado vão se perdendo e dando lugar a outras características, relacionadas ao restante do país e do mundo. “Globalização” também pode ser entendida no sentido da influência da Rede Globo, com a difusão de um determinado padrão de vida e de consumo, que invade a caatinga e modifica completamente os seus parâmetros.

Projetar no sertão isolado, que vai se transformando em sertão globalizado. O projeto de Guedes arrisca-se nessa realidade sertaneja, procurando apreendê-la, manifestá-la e modificá-la simultaneamente. Os usuários de Caraíba por vezes assimilam seus riscos, por vezes os transformam, como se já não lhes dissessem respeito, ou como se quisessem superá-los.

Mas a cidade isolada e a cidade globalizada convivem na atualidade... Nas ruas de Caraíba as pessoas andam entre cabras e bodes, circulam entre cactos, mandacarus e xiquexiques, e estão rodeadas por casinhas cobertas por antenas parabólicas... (13).

## notas

1

Atual Núcleo de Pilar, pertencente ao distrito de Jaguarari na Bahia.

2

*Mineração Caraíba S/A – uma empresa cidadã!* Caraíba, Mineração Caraíba, s/d, s/p.

3

Sobre Caraíba consultar: GUEDES, Joaquim. *Um projeto e seus caminhos*. São Paulo, tese de livre docência, FAU-USP, 1981.

4

Sobre o processo criativo de Guedes ver: AMARAL JR. Carlos. *O desenho da arquitetura e o caráter da cidade – dez casas de Joaquim Guedes*. São Paulo, dissertação de mestrado, FAU-USP, 2003; CAMARGO, Mônica. *Joaquim Guedes*. São Paulo, CosacNaify, 2001.

5

GUEDES, Joaquim. Joaquim Guedes. In FAERSTEIN, E; CASTRO, J; MONARCHA, S. (org) Joaquim Guedes. *2º Inquérito Nacional de Arquitetura/ Depoimentos*. Rio de Janeiro, IAB/Projeto, 1982. p. 86-91

6

GUEDES (1981), *op. cit*, p.114.

7

Caraíba: cidade aberta e natural na forma de se implantar e crescer. São Paulo: *A Construção*, n. 1751. 1981. p.7.

8

GUEDES (1981), *op. cit*, p.135.

9

CAVALCANTI-BRENDLE, Maria; VIEIRA, Natália. Beleza e Deleite Estético: necessidade do cotidiano no habitat popular do nordeste. In: FERNANDES, Ana; SOUZA, Ângela. (org). *Habitação no Brasil: reflexões, avaliações e propostas*. Salvador, PPGAU-UFBA, 2004. p. 321-323.

10

WEIMER, Günter. *Arquitetura popular brasileira*. São Paulo, Martins Fontes, 2005.

11

Dados extraídos de: SORIANO, Ana Gabriela. *Pilar, um oásis no sertão baiano*. Recife, I DOCOMOMO N-Ne, 2006.

12

Agradeço a colaboração de Claudete, Eliete, Lúcia, Cristina, Fátima e Valério, moradores de Caraíba (Pilar). Também agradeço a atenção dos arquitetos Joaquim Guedes e Marcos Acayaba.

13

A pesquisa sobre Caraíba contou com a participação especial de Neusa Lima e com o apoio de Edson Carvalho.

*A utilização das imagens foi autorizada pelo arquiteto Joaquim Guedes.*

sobre o autor

Ana Carolina Bierrenbach, arquiteta e urbanista (Mackenzie) e historiadora (USP), mestre (PPGAU-UFBa) e doutora (ETSAB-UPC), atualmente realiza pós-doutorado (PPGAU-UFBa), com apoio da FAPESB.